

CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS RECENTES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NO BRASIL

Etiane Fátima Theodoroski ¹
etianetheodoroski@gmail.com

50

RESUMO

Este artigo objetiva demonstrar as discussões acerca das condições de trabalho dos professores admitidos por meio do vínculo empregatício temporário no país. Busca-se apresentar um estudo qualitativo sobre as publicações, na área da educação, relativas as condições de trabalho dos professores temporários, da educação básica, durante o período de 2010 a 2018. A busca é por meio da leitura de teses e dissertações do Banco de Teses e Dissertações do portal da Capes e artigos de revistas, com os descritores carreira, professor temporário e condições de trabalho. Com a análise de 13 pesquisas, conclui-se que são profissionais que convivem com a experiência de desigualdade, sendo detentores de menos direitos e garantias quando comparados aos concursados, o que impacta nas condições de trabalho desses profissionais. **Palavras-chave:** educação básica; professor temporário; condições de trabalho docente

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as condições de trabalho dos professores admitidos por meio do vínculo empregatício temporário têm chamado a atenção de pesquisadores no país. Embora seja destacado no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (CF) a valorização docente como um dos princípios, a qual deve ser garantida com o ingresso por meio de concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1988), o vínculo temporário tem sido uma prática recorrente nas redes de ensino.

Uma forma de contratação que é especificada na própria CF, onde se determina no inciso IX que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público” (BRASIL, 1988), com o propósito de atender em caráter de urgência.

Percebe-se que passa a ser uma política adotada pelos governos, e que impacta nas condições de trabalho dos profissionais, pois os temporários não possuem um plano de carreira

¹ Mestre em Educação pela UFPR. Professora do Centro Universitário Autônomo do Brasil.

que lhes garanta estabilidade, e demais direitos da categoria. Conforme Oliveira e Assunção (2010) os profissionais admitidos por meio do vínculo precário estão submetidos as condições de trabalho precárias, o que precisa ser discutido. Uma prática que “corrói os planos de carreira e fragmenta o corpo docente, auxiliando na precarização da condição docente e das condições de trabalho” (HYPOLITO, 2012, p. 228).

Diante disso, esta pesquisa pretende demonstrar as discussões, em nível nacional, sobre as condições de trabalho dos professores temporários, na área da educação. Assim, apresentar uma análise qualitativa dos estudos que tratam dos professores temporários, da educação básica, do ensino público, tendo como recorte o período de 2010 a 2018.

O mapeamento dos estudos foi realizado com referência no Banco de Teses e Dissertações do portal da Capes; nos periódicos Educar em Revista, editada pela Universidade Federal do Paraná; Revista Brasileira de Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Revista Cadernos de Pesquisa, da Fundação Carlos Chagas; Revista Educação & Sociedade, do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); e Revista Educação e Pesquisa, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Para as buscas das teses e dissertações foi consultado o site da Capes (2018), sendo somente para a área de educação, tendo como descritores individuais “carreira docente”, “professor” OR “docente” AND “temporário” e “condições de trabalho” AND “docente”. Já com relação a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, a consulta foi feita no site da ANPAE (2019) e, as demais revistas foram obtidas no site da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Para o escopo da busca dos artigos, foi selecionado “todos” os índices e, os descritores foram buscados individualmente por “carreira”, “condições de trabalho” e “temporários”. A forma distinta de selecionar os descritores se justifica pelo fato de que as revistas são da área educacional e, no site da Capes, se não acrescentado outros elementos na descrição, a busca abrange muitos estudos que não condizem com o propósito desta pesquisa. Assim, foi feita uma seleção daqueles que condiziam com os objetivos deste estudo. Em seguida, foram selecionadas 13 pesquisas por abordarem o tema de acordo com a proposta do artigo.

2 LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante das publicações de teses, dissertações e artigos, percebe-se uma certa predominância de trabalhos direcionados a formação dos docentes, assim como trabalhos voltados para a questão da responsabilização desses profissionais pelo desempenho dos alunos e a atratividade da profissão.

Temas como saúde dos docentes, gênero, regulações da profissão, experiência, representações sociais, o impacto das reformas, o capitalismo, o neoliberalismo, gestão, profissionalização, evasão de professores, entre outros, também são discutidos. Já os tipos de contratações, como o vínculo temporário, são relacionados a valorização desses profissionais, atrelando a um ensino de qualidade e, inclusive, tendo ligação com o desempenho dos alunos.

Entre as teses e dissertações escolhidas, encontra-se o estudo de Saraiva (2015), que apresenta o trabalho docente ao buscar um enfoque quanto a relação entre educação e pobreza. Em sua tese, a autora teve como objetivo, apresentar como é desenvolvido o trabalho desses profissionais nas escolas que atendiam alunos pobres e com risco social.

Para a concretização do estudo, foram realizadas entrevistas com 24 docentes, selecionados conforme o tempo de trabalho, e coordenadores pedagógicos, de 3 escolas das redes Estadual e Municipal de Belo Horizonte, situadas em locais considerados de alta vulnerabilidade social e econômica.

Em sua busca, constatou um descontentamento por parte dos professores da rede estadual, os quais não tinham a segurança quanto a possibilidade de novas contratações, pelo fato de dependerem das contratações temporárias, além de se justificarem também com relação à carreira, condições de trabalho e salário, estando esses em pior situação quando comparados aos professores da rede municipal.

A autora identificou alta rotatividade de docentes em locais vulneráveis, com maior índice no ensino médio, além de poucos professores efetivos nesses espaços, o que é justificado por ela, como sendo motivado pelas condições de trabalho, além de apontar, que "as características das escolas, as condições de trabalho e de permanência acabam por afetar o desempenho dos alunos [...]" (SARAIVA, 2015, p. 213).

Profissionais estes, que trabalhavam em escolas com "falta ou precariedade de infraestrutura" e, que, apesar de cobrados por bons resultados nas avaliações externas, nem sempre conseguiam, sendo inclusive, conforme apresentado pela autora, escolas que não tinham atingido a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no período pesquisado.

Ela aponta a reforma do Estado e o neoliberalismo, como mudanças impactantes nas condições de trabalho dos docentes. Identificou que os respectivos professores estavam submetidos à "precarização das condições de trabalho, à intensificação do trabalho, à desprofissionalização e, mais recentemente, à responsabilização pelos resultados das escolas e dos alunos nas avaliações externas." (SARAIVA, 2015, p. 22).

Outro estudo é a tese de Basilio (2016), que analisa os tipos de contratações dos docentes na rede estadual de São Paulo. Com o objetivo de explorar sobre as desigualdades educacionais na educação básica, identificou que em 2012 os não efetivos chegavam a 50% do total da rede. Nesse montante, estavam os substitutos temporários, além dos chamados "eventuais", também substitutos, mas contratados por um período não superior a 15 dias e, os "estáveis", considerados funcionários públicos.

Por meio de entrevistas e questionários, a autora passou a colher mais informações sobre os docentes da rede. Não obstante, foi constatado que os substitutos consideravam o processo de contratações "humilhante, torturante e angustiante" e, passavam a aceitar isso como sendo uma referência do cargo, ao adotarem como algo normal para o ingresso na profissão, além de verem essas contratações como uma oportunidade de ingresso (BASILIO, 2016).

São profissionais que muitas vezes são contratados sem possuírem uma formação que os habilite a lecionar, tanto no nível de ensino, quanto na área em que são chamados para assumir. Além de não possuírem a garantia da contratação, ou trabalharem com jornadas diversas, passando a assumir em várias escolas. Um processo que dificulta principalmente para quem está iniciando na rede, que passam a ser "vinculados a escolas que não escolheram e pelas quais não foram escolhidos" (BASILIO, 2016, p. 46) e, a disputarem as vagas com professores que são privilegiados por terem experiência, o que se torna um diferencial para o ingresso e, com isso, muitos perdem a vaga. Foi identificado que as vagas das escolas mais valorizadas tendem a ser ocupadas por professores concursados, os quais possuem o direito de escolhê-las. Dessa forma, ao surgir vagas nas escolas menos valorizadas, estas passam a ser ocupadas pelos professores temporários.

Diante dos achados em sua tese, a autora aponta para um processo de desprofissionalização e, salienta que, na respectiva rede existiam quadros muito diferentes, sendo que os tipos de contratos impactavam nessas desigualdades entre as escolas, além de influenciarem na qualidade da educação e, no desenvolvimento dos próprios docentes.

Souza (2011) apresenta como objeto os professores com contrato temporário da rede estadual do Paraná, o qual analisou as condições de trabalho e de remuneração, com o intuito de verificar se havia a configuração de precarização no trabalho desses profissionais. O autor

pesquisou sobre a legislação referente às contratações temporárias da respectiva rede, com o propósito de identificar a origem e a forma desse tipo de contratação, assim como, por meio da análise das mudanças estruturais do Estado, descobrir a influência dessas nas leis, nas condições de trabalho e remuneração desses profissionais.

Ao mostrar a valorização docente atrelada à qualidade da educação, Souza (2011) sinaliza que a Reforma do Estado acabou por influenciar fortemente, no período de 1994 a 2002, na questão da precarização do trabalho docente. Momento este, em que o governo estadual do Paraná instituiu o Serviço Social Autônomo Paranaeducação, por meio do qual eram admitidos os professores com contratos temporários.

Embora já existisse contratações para substituição e, desde a década de 80, fora denominado professor substituto-temporário, Souza (2011, p. 175) afirma que “tratava-se de uma estratégia para diminuir a responsabilidade do Estado”, pois com a instituição, os elementos de valorização eram passados como sendo de responsabilidade privada, havendo então a terceirização da educação.

Porém, essa época foi marcada também por lutas e conquistas, quando os docentes da rede buscavam a garantia de seus direitos. Em 2004 teve a aprovação da lei que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PARANÁ, 2004), e, no ano seguinte, os temporários passaram a ser regulamentados, embora, Souza (2011), aponte que esse tipo de contratação esteja relacionado a diminuição de direitos, quando comparados aos demais.

O autor afirma que não há uma diferença significativa entre os professores contratados com vínculos distintos na rede. Ao tratar da questão salarial, ele constatou que entre um professor temporário e, um efetivo recém-admitido, a diferença resume-se somente nas gratificações e progressões. Também não identificou a precariedade em relação às condições de trabalho, pelo fato de terem a conquista de direitos com as leis de 2004 e 2005.

Outro trabalho da Rede Pública do Estado do Paraná é o de Ferreira (2013), que teve o intuito de mostrar os motivos pelo qual esse tipo de contratação era utilizado na rede, assim como, identificar as consequências nas condições de trabalho desses profissionais e, também, a visão deles quanto a esse tipo de contratação, com vistas ao impacto vivenciado por eles.

A autora apresenta em sua dissertação a reestruturação produtiva e a Reforma do Estado, ilustrando com os impactos vivenciados pelos docentes. Ao realizar entrevistas com professores e com ex-secretária de Estado da Educação e, com informações coletadas no Banco de Dados da Secretaria de Educação do Estado, é identificado na rede um processo de “extrema desvalorização para este profissional e de precarização das suas condições de trabalho” (FERREIRA, 2013, p. 156).

Identificou que estes profissionais consideraram o processo de distribuição de aulas “lenta e cansativa”, além de constatar que estes não possuíam os mesmos direitos que os efetivos, não tendo um plano de carreira que garanta estabilidade enquanto profissionais.

Segundo a autora, do montante de 236 docentes, contratados em novembro de 2011, 49% estavam com vínculo temporário. Além disso, desses, 21% tinham sido aprovados no concurso público realizado no ano de 2007, porém, sem efetivação até a data da pesquisa.

Percebe-se um número significativo e recorrente de temporários e, ainda fora constatado, que entre 2005 a 2011, teve um aumento no número dessas contratações, apesar do temporário ser identificado como “potencial desempregado”. Isso foi justificado, pelo fato de que, no período analisado, que foi entre 2004 a 2011, somente em 2006 e 2009 que os contratos foram prorrogados por dois anos, nos demais, teve o cancelamento do contrato no mesmo ano de contratação, embora isso se repita em 2012, quando foram prorrogados até 2013, momento em que teve o último concurso público da rede, complementa. São profissionais sem estabilidade, sem a garantia de novas contratações e inseguros (FERREIRA, 2013).

Foi destacado o fato de ter ocorrido a admissão sem formação completa e de lecionarem em disciplinas que não condiziam com a mesma, o que poderia prejudicar a qualidade do ensino e o próprio professor. “Por não possuir formação na área, precisa planejar e estudar ainda mais para ministrar poucas aulas” (FERREIRA, 2013, p. 93).

Além da fragmentação da carga horária, da grande rotatividade observada, também existia uma certa discriminação enfrentada por eles, sendo que “a maior reclamação dos temporários é o relacionamento com os efetivos” (FERREIRA, 2013, p. 118). Conviviam com uma experiência de desigualdade em relação aos demais profissionais.

Elementos esses, que conforme a autora, indicavam um quadro de precarização das condições de trabalho, vivenciados pelos professores com vínculo empregatício temporário na respectiva rede.

Godoy (2014), analisou a carreira, o vencimento e a remuneração docente no Estado do Paraná entre o período de 2005 a 2012. A autora apresentou os tipos de vínculo empregatício na rede e, diante da contratação temporária, fez um levantamento quanto a remuneração dos mesmos, tendo como pano de fundo o financiamento e a valorização docente.

Seu estudo partiu da consulta às folhas de pagamento e recursos eletrônicos da Secretaria de Educação do Paraná, relatório das contas e balanço do estado, assim como jornais e legislações. Ao considerar a importância da estabilidade para a condição de uma educação de qualidade, assim como a constatação de que a remuneração dos temporários era inferior aos demais, a autora sinaliza que “a política de valorização deva ter como perspectiva a inexistência

de vínculos precários ou temporários ou o mínimo para cobrir demandas emergenciais da educação.” (GODOY, 2014, p. 98).

Quando comparadas as remunerações entre temporários e os demais, a diferença chegou a ser de 49% a 58%, sendo a dos temporários inferior em todo o período. Com um número expressivo de contratações temporárias, chegando em 2011 a 30% do quadro total de docentes, a autora aponta para a necessidade de políticas de valorização que garantam os mesmos direitos para todos. Nessa vertente, ela sinaliza ser possível a valorização se tiverem “acesso a carreira, a estabilidade do emprego e com um vencimento inicial que garanta uma remuneração condigna.” (GODOY, 2014, p. 116-117).

Quibão Neto (2015) procurou encontrar elementos para constatar se a contratação temporária de professores é precarizada, analisando as condições objetivas de trabalho destes, na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Ele chamou atenção para o fato de que, na respectiva rede, a contratação de professores não concursados não é oriunda de mudanças como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, identificando os contratos “precarizados” como uma “velha conhecida”, sendo uma política adotada de longa data.

Conforme exposto pelo autor, nos anos 2000 teve a promulgação de leis que “aprofundaram a precarização”, pois estas demarcam categorias diferentes para os professores temporários da rede, quando estes passaram a ter direitos diferentes, o que implicou principalmente na estabilidade e aposentadoria dos mesmos. Época em que a divisão de docentes ficou como sendo os efetivos, estáveis e temporários, tendo grande parte dos temporários, com estabilidade, embora não tenham entrado com concurso público, tendo então, uma remuneração e direitos não equivalentes ao concursados, ocorrendo, conforme acrescenta o autor, as subcategorias.

Na realização das análises, o mesmo trabalhou com o Censo Escolar de 2011 a 2013 e as Folhas de Pagamento de professores de 2009 a 2013. Embora tenha observado uma diminuição do número de matrículas e turmas na rede, houve um crescimento no número de contratações de professores e, mesmo com a realização de concursos públicos no período analisado, era mantida a alta contratação de temporários, embora tenha tido uma diminuição do número de contratos temporários durante o período.

O autor chamou a atenção para o aumento do número de exonerações e, o abandono da profissão, havendo um número significativo de professores desistentes, assim que ingressavam por meio de concurso público. O que poderia ser oriundo de “salários baixos e insatisfação” desses profissionais, os quais eram substituídos por não concursados, profissionais que não passavam pelo principal meio de aferir a qualidade, que é o concurso público, acrescenta.

A complementação de jornadas também acabou por gerar novas contratações. No entanto, “os professores estão optando por jornadas menores de trabalho, seja pelo desgaste na atividade, seja pela baixa expectativa de ganho significativo com a jornada ampliada” (QUIBÃO NETO, 2015, p. 177). Porém, o número de professores com jornadas integrais também havia aumentado, o que poderia ser motivo para uma diminuição do número de contratações temporárias. Todavia, o número de temporários “ainda é muito alto para se chegar a um padrão de qualidade educacional e de profissionalização desejada e necessária da atividade docente” (QUIBÃO NETO, 2015, p. 181).

Segundo o autor, ao analisar a diferença de perfil e salário por vínculo, a variável faixa etária foi a que mais apontou diferenças, ficando então, os mais jovens em maior número com as contratações temporárias, além da concentração do maior número de temporários ter sido identificada nas regiões periféricas, mais afastadas do centro. Quanto a diferença de salário, foi perceptível que a renda média dos temporários era inferior que os demais, pois não possuíam um plano de carreira que garantisse outros benefícios, mesmo todos tendo trabalhado o mesmo número de horas. Estes recebiam como adicional somente um valor referente ao local e trabalho noturno, e o auxílio transporte. Além disso, foi identificado que a remuneração média para uma jornada de 40 horas semanais corrigida a inflação, decresceu para os temporários durante o período da análise.

Jann (2016), ao pesquisar sobre os professores com vínculo empregatício temporário, partiu da análise dos sentidos atribuídos por estes, a partir do ingresso na rede pública estadual e municipal do município de Cariacica, no estado do Espírito Santo.

Em suas observações nos processos de recrutamento de professores, a autora notou um processo de disputa e competição entre os docentes, pois o fato de um candidato não estar presente no momento de distribuição de aulas, era visto como uma “possibilidade de ingresso” do próximo candidato em espera, nas melhores escolas ou locais.

Identificou que os professores escolhiam escolas próximas das suas residências, porém, no caso dos candidatos que não ficaram com boa classificação, “não era mais o professor que escolhia a vaga, e sim a vaga que se oferecia ao professor” (JANN, 2016, p. 41), o que resultava em professores descontentes com o processo de escolha.

Outra inquietação foi constatada em relação à garantia da vaga. Um dos casos foi o fato de professores efetivos afastados retornarem para as escolas. Conforme cita a autora, teve temporário que perdeu a vaga enquanto lecionava, ficando este profissional preocupado com o retorno dos professores, motivo de insegurança entre eles.

Ao analisar sobre a experiência dos professores, a autora identificou, com a fala das

entrevistadas, que estes se adaptavam ao processo de precarização, o que era visto como algo natural por eles. Todavia, estes profissionais constataram a insegurança, a hierarquia e a rivalidade, ao questionarem sobre o direito dos efetivos a escolhas das escolas e, passavam a questionar por não terem os mesmos direitos da categoria.

Ao visitar os professores, nos últimos dias do ano, a autora notou sentimento de frustração, cansaço, insegurança, ao mesmo tempo que os temporários afirmaram o aceite e a adaptação dessa situação. Porém, constatou um caso de satisfação diante de uma professora entrevistada que se revelou estar bem, pois recebia além das aulas a sua aposentadoria, a qual sinalizava que o tempo de experiência lhe ajudaria na próxima seleção.

Diante das análises, Jann (2016, p. 68) destaca que com a contratação temporária tem-se

[...] vínculos afetivos interrompidos, vínculos trabalhistas precarizados, relação entre professor/escola/educação fragilizada, que coloca o professor numa readaptação constante no trabalho justificada pela conjuntura que se apresenta no contexto econômico neoliberal e capitalista em que vivemos.

São movimentos e ajustes que tem por base fatores econômicos e políticos, e que impacta nas condições de trabalho dos docentes, já tendo início com o próprio vínculo empregatício desses profissionais.

Gomes (2017) buscou examinar a contratação temporária dos docentes de todas as redes públicas estaduais do país, entre 2013 a 2015, e os impactos para estes profissionais. Analisou os métodos adotados nas contratações, por meio da análise documental e, a quantidade de professores com este vínculo, utilizando para este último, os microdados do Censo Escolar do respectivo período da análise.

A autora constatou que o vínculo empregatício temporário existia em todas as redes estaduais do país, além de que era alto o número desse tipo de contratação em nove redes, onde mais de 50% do quadro era por meio desse tipo de vínculo. O maior percentual foi encontrado em Alagoas, sendo denominados “professor-monitor” ou “monitor”, tendo atingido 82,37%.

Tendo consultado os processos seletivos abertos, durante o período da análise, foi perceptível um aumento significativo desse tipo de admissão no país, chegando a atingir um crescimento de 275%, quando comparados os processos de 2013 e os de 2015, o que identifica a naturalização desse tipo de vínculo.

Gomes (2017) também identificou que os processos de admissões eram realizados por meio da seleção de provas e ou avaliação curricular, e que a duração dos contratos chegou a ser de 4 meses a 3 anos. Com relação aos salários, constatou que a média do valor-hora aula era de

R\$ 14,23 e, que numa jornada de 40 horas semanais o salário equivalia a R\$ 2.276,80. Foi identificado que muitas redes estaduais não pagavam a hora-atividade, além de atrasarem os pagamentos de salários dos professores.

Além de que, existiam questões que causavam a individualização desses profissionais.

[...] a falta de vínculo, a rotatividade e a ameaça ao desemprego atuam negativamente para formação de qualquer tipo de organização coletiva, dificultando consideravelmente o desenvolvimento de ações conjuntas entre os professores temporários, como reuniões, manifestações, greves e intervenções (GOMES, 2017, p. 19).

Com base nos estudos sobre precarização, mudanças no mundo do trabalho e reforma do Estado, a autora apresenta sua dissertação identificando que estes foram elementos que aprofundaram o processo de flexibilização e precarização das condições de trabalho no Brasil.

Souza (2018), demonstrou a situação dos professores temporários no país, durante o período de 2011 a 2017. Fez uso da base do Censo Escolar, além de investigar a história de vida de um professor de educação física, com este vínculo empregatício, da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), com o propósito de compreender o que e como os professores enfrentavam esse processo.

Ao buscar informações em âmbito nacional, o autor aponta para a ausência de um padrão em relação as formas contratuais, havendo diversas nomenclaturas quanto ao vínculo empregatício temporário, além de distintas condições de trabalho. Também identifica que existia um grande número de temporários no país, onde são identificados alguns padrões.

As esferas municipais, estaduais e federal têm alto índice de temporários, maior na zona rural, maior em bairros periféricos do que centrais, maior entre redes menores (municipais) do que estaduais. Os salários em média são maiores em redes com menores índices de temporários como Redes Federal e Estadual do que municipais (SOUZA, 2018, p. 157).

Outro ponto destacado foi a disciplina, tendo o maior percentual de temporários em língua indígena, chegando a 84% em 2014. Também foi constatado que este vínculo se concentrava mais com os que possuíam menos formação, atingindo os mais jovens. “Uma larga faixa da juventude brasileira submete-se às condições precárias de trabalho, que começam no contrato e continuam dentro da escola” (SOUZA, 2018, p. 114).

Ao analisar os professores de educação física da RMEF, de Florianópolis, no ano de 2017, o autor identificou que os temporários eram em menor número do que os concursados e, que estes acumulavam menos turmas, além de que havia também os mais jovens lecionando, o

menor número de professores com especialização e pós-graduação, sendo essas as maiores diferenças entre vínculos em Florianópolis.

Ao consultar a quantidade de vagas para os temporários na disciplina de educação física, nessa região, o autor foi informado pela RMEF que estas estavam em aberto por não terem tido tempo hábil para a realização de concurso que cobriria essas vagas, as quais eram oriundas da aposentadoria e turmas novas que haviam sido abertas. Porém, a maioria dos professores que eram contratados para lecionar nessa disciplina não estavam substituindo ninguém. “Os temporários em grande medida não substituem professores, mas atuam em classes vagas, são passageiros permanentes da Educação Básica” (SOUZA, 2018, p. 158).

Ghizzo (2017), apresenta em sua dissertação aspectos sobre a formação e às condições de trabalho dos professores do Ensino Médio dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Especifica a qualidade da educação ligada às condições de trabalho docente e, busca conhecer o ambiente escolar e o que vem a ser vivenciado por esses profissionais, com foco na valorização docente.

Ao fazer a análise, o autor buscou a idade, o sexo, a dependência administrativa, a formação inicial e continuada, o vínculo, a remuneração, a jornada, o esforço docente e a infraestrutura das escolas médias, considerados elementos importantes para a garantia de uma educação de qualidade, tendo como fonte o Censo Escolar de 2016.

Foi identificado que em Santa Catarina tinha 46,7% docentes do Ensino médio público estadual como temporários em 2016 e, no Rio Grande do Sul, 40,8%, o que contraria a universalização com qualidade, completa a autora.

Um elemento de destaque assinalado por Ghizzo (2017) foi o salário dos professores, pois identificou que o mesmo estava atrelado ao tipo de vínculo, sendo o dos temporários inferior ao dos efetivos e, ainda, destacou o caso do Rio Grande do Sul, que não pagava o valor do piso, nem cumpria a jornada conforme estipulada em lei.

Percebeu em seu estudo a “indissociabilidade entre quantidade e qualidade”, ao apontar para o acesso ao Ensino Médio, demonstrando muitas limitações quanto as condições de trabalho docente. Frisou que as redes estaduais não valorizam os docentes, sendo que “o ingresso por concurso público, a dedicação exclusiva a uma única escola, com único vínculo empregatício e infraestrutura adequada não fazem parte da realidade dos professores” (GHIZZO, 2017, p. 4).

Além dessas teses e dissertações, convém citar o artigo de Silveira e Schneider (2017), que tomam o aspecto do trabalho docente num viés específico a partir da distribuição destes em escolas com alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

As autoras identificam por meio do Banco do Sistema Presença de 2014, no estado do Paraná, que o maior percentual de professores temporários estava com o maior número de alunos beneficiário do PBF. Além disso, que o mesmo acontecia em relação à distribuição dos professores sem a formação mínima e, as escolas com os piores descritores quanto a condições de infraestrutura, como biblioteca, internet, banda larga, laboratório de informática e quadra de esporte. Ou seja, é apresentado que onde se concentrava o maior número de alunos mais pobres, maior era o percentual de professores temporários, sem uma formação adequada e, mais precária era a infraestrutura da escola.

Dessa forma, subentende-se conforme o resultado, que esses profissionais estavam alocados entre as escolas com as piores condições de infraestrutura, no que concerne as variáveis analisadas, isto é, que existe uma relação entre contrato de trabalho precário e escolas precárias.

Outro artigo é o de Brito (2013), que tem como propósito avaliar a meta 18 do PNE, analisando a legislação entre 2010 a 2013, de 12 estados brasileiros, no que concerne o ingresso de professores temporários. Toma como foco a valorização docente e a sua implementação, tendo como viés, a própria legislação.

A autora verificou que esse tipo de vínculo é permitido em todos os estados analisados, onde se cria uma “subcategoria de professores”. Fora identificado um grande percentual de temporários inclusive nas capitais, porém, com exceção em Belo Horizonte e Curitiba, nas quais não foi encontrado professores com este tipo de contrato.

Constata-se que há respaldo na lei, sendo considerada como uma estratégia, porém, “pode gerar efeitos destrutivos para a carreira docente pública” (BRITO, 2013, p. 1259, 1260), sendo necessário um maior investimento de recursos, pois os achados demonstram “possíveis limites” para que de fato a meta do PNE seja alcançada, complementa.

Gatti (2012) analisa as políticas da carreira docente, em nível nacional, tendo como enfoque a valorização desses profissionais. Ao constatar um número significativo de contratações temporárias no país, aponta como sendo indícios da precarização, o que impacta negativamente em todo o processo, como na “profissionalização docente, a formação continuada e progressiva de quadros, a formação de equipes nas escolas, e, em decorrência, a qualidade do ensino” (GATTI, 2012, p. 102).

Embora tenha tido movimentos em prol da melhoria do ensino, como também um movimento quanto a valorização desses profissionais “ainda estamos distantes de ter obtido uma qualidade educacional razoável” (GATTI, 2012, p. 90). A autora aponta falhas na “formação e condições de trabalho”, destacando a carreira como fator principal nesse quesito,

a qual reflete o “reconhecimento social e político” da classe, que apesar de haver um movimento positivo quanto a elas, ainda não é realidade de todos os entes federados ou, não causou “impactos efetivos”.

Diante destes estudos, cada qual com as particularidades de cada região, analisadas em períodos distintos, percebe-se discussões importantes sobre as condições de trabalho dos docentes temporários.

3 CONCLUSÕES

As pesquisas apontam que é comum este tipo de contratação nas redes públicas de ensino do país. São profissionais que trabalham sem terem direito a muitas das garantias da categoria, o que resulta, inclusive, numa remuneração inferior quando comparados aos concursados. Professores que se deparam com as condições precárias de trabalho, embora também seja identificado um processo de valorização docente pelo fato de terem conquistado direitos que são estendidos aos efetivos. Também assumem aulas em locais considerados como de desvantagem, sem terem uma formação completa e adequada. Convivem com a insegurança, apesar de existirem profissionais que tenham se habituado com o quadro de desigualdade.

Fica evidente que existe um esforço, por parte dos pesquisadores, de mostrar a importância da valorização dos professores contratados por meio do vínculo empregatício temporário. Portanto, diante da abordagem deste trabalho, se torna interessante continuar na análise, com uma busca detalhada dos eixos temáticos que são apresentados nos estudos sobre os professores temporários no país, e assim, aprofundar a discussão sobre as condições de trabalho e a valorização desses profissionais.

CONTRIBUTIONS OF RECENT RESEARCH ON WORKING CONDITIONS OF TEMPORARY TEACHERS IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to demonstrate what comes to be discussed about the working conditions of teachers admitted as temporary employment in the country. The aim is to present a qualitative study on publications in the area of education, relating to the working conditions of temporary teachers, of basic education, during the period from 2010 to 2018. One research is in the reading of the Bank's theses and dissertations of Theses and Dissertations

from the Capes website and magazine articles, using as descriptors career, temporary teacher and working conditions. With the analysis of 13 surveys, it is concluded that they are professionals who live with the experience of inequality, being holders of less rights and guarantees when compared to the ones that are public agents, what impacts on the working conditions of these professionals.

Keywords: basic education; temporary teacher; working conditions of teachers

REFERÊNCIAS

ANPAE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - periódico científico editado pela Anpae. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BASILIO, J. R. **Tornar-se professor (a) na rede estadual de ensino de São Paulo: práticas de contratação e condição docente (1985-2013)**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRITO, V. L. A. O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.34, n.125, p.1251-1267, dez. 2013.

CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília: Governo Federal. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FERREIRA, D. C. K. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do Paraná: a flexibilização das contratações e os impactos sobre as condições de trabalho**. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GATTI, B. A. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42. n. 145, p. 88-111, jan. /abr. 2012.

GHIZZO, E. N. F. **Formação e condições de trabalho do professor do ensino médio nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.

GODOY, M de. **Vencimento, remuneração e carreira docente no estado do Paraná (2005-2012)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GOMES, T. A. M. de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

HYPOLITO, Á. M. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho.

In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 211-229.

JANN, M. **Acesso e permanência dos professores contratados nas instituições educativas: uma análise das suas experiências**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. Á. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PARANÁ. Lei complementar nº 103 de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. **Legislação do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 15 de mar. 2004. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745>. Acesso em: 15 abr. 2019.

QUIBÃO NETO, J. **Docentes não concursados na Rede Estadual de Ensino de São Paulo: ordenamento jurídico, perfil e remuneração**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Informação e Comunicação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SARAIVA, A. M. A. **O trabalho docente em territórios de alta vulnerabilidade social: condições de trabalho, permanência e desempenho**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVEIRA, A. D.; SCHNEIDER, G. Política educacional, pobreza e educação: retrato do atendimento aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, pp. 113-130, set. 2017.

SOUZA, M. N. de. **Condições de trabalho e remuneração docente: o caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SOUZA, A. G. de. **Professor temporário: situações da docência em Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2011/2017)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Recebido em 28 de junho de 2020. Aprovado em 03 de setembro de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.